

Luta Pela Paz

**Demonstrações financeiras
referente ao exercício findo
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Assurance Services Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Luta Pela Paz

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Luta Pela Paz (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Luta Pela Paz em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras".

Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de setembro de 2022

KPMG Assurance Services Ltda.
CRC SP-023228/O-4 F-RJ


Luis Claudio de Oliveira Guerreiro
Contador CRC-RJ 093679/O-1

Luta Pela Paz

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

Ativos	Nota	2021	2020	Passivos	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.219.373	1.410.320	Projetos Incentivados	7	6.592.693	4.381.975
Títulos e valores mobiliários	4	2.404.458	2.234.897	Proventos e encargos sociais a pagar	6	116.968	203.519
Caixa restrito	4	-	10.000	Provisão para contingências	8	-	60.000
Títulos e valores mobiliários restrito	4	2.122.383	1.400.215	Outros passivos		105.996	90.076
Títulos e valores mobiliários restrito - Projetos Incentivados	4 e 7	6.592.693	4.371.975	Arrendamentos a pagar	18	<u>59.421</u>	<u>-</u>
Adiantamentos diversos		<u>171.768</u>	<u>103.587</u>	Total do passivo circulante		<u>6.875.078</u>	<u>4.735.570</u>
Total do ativo circulante		<u>13.510.675</u>	<u>9.530.994</u>				
				Não circulante			
				Arrendamentos a pagar	18	55.397	-
				Proventos e encargos sociais a pagar	6	<u>1.542.511</u>	<u>1.730.134</u>
				Total do passivo não circulante		<u>1.597.908</u>	<u>1.730.134</u>
Não circulante				Patrimônio líquido			
Títulos e valores mobiliários restritos	4	2.414.313	2.320.543	Patrimônio social	9	6.218.715	884.316
Direito de Uso	18	112.640	-	Superávit do exercício		<u>2.809.890</u>	<u>5.334.399</u>
Imobilizado	5	<u>1.463.963</u>	<u>832.882</u>	Total do patrimônio líquido		<u>9.028.605</u>	<u>6.218.715</u>
Total do ativo não circulante		<u>3.990.916</u>	<u>3.153.425</u>	Total dos passivos e patrimônio líquido		<u>17.501.591</u>	<u>12.684.419</u>
Total dos ativos		<u>17.501.591</u>	<u>12.684.419</u>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luta Pela Paz

Demonstrações do resultado

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Receitas operacionais			
Receitas com doações - com restrição	11	9.243.969	7.262.150
Receitas com doações - sem restrição	11	<u>2.074.714</u>	<u>4.182.526</u>
		<u>11.318.683</u>	<u>11.444.676</u>
Despesas operacionais			
Despesas Administrativas	12	(5.417.593)	(3.701.001)
Despesas com projetos	13	<u>(3.330.317)</u>	<u>(2.434.181)</u>
		<u>(8.747.910)</u>	<u>(6.135.182)</u>
Superavit do exercício antes do resultado financeiro		2.570.773	5.309.494
Resultado financeiro líquido	14	<u>239.117</u>	<u>24.905</u>
Superávit do exercício		<u>2.809.890</u>	<u>5.334.399</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luta Pela Paz

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Patrimônio Social	Superávit/(déficit) do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2019	<u>1.058.816</u>	<u>(174.500)</u>	<u>884.316</u>
Incorporação do déficit do exercício anterior	(174.500)	174.500	-
Superávit do exercício corrente	<u>-</u>	<u>5.334.399</u>	<u>5.334.399</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>884.316</u>	<u>5.334.399</u>	<u>6.218.715</u>
Incorporação do superávit do exercício anterior	5.334.399	(5.334.399)	-
Superávit do exercício corrente	<u>-</u>	<u>2.809.890</u>	<u>2.809.890</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>6.218.715</u>	<u>2.809.890</u>	<u>9.028.605</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luta Pela Paz

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Valores expressos em Reais - R\$)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Superávit do exercício		2.809.890	5.334.399
Ajustes ao superávit líquido do exercício:			
Depreciações	5	101.398	93.062
Provisão de contingência	8	-	60.000
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Adiantamentos diversos		(68.182)	(40.277)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Projetos Incentivados	7	2.210.718	1.951.661
Proventos e encargos sociais a pagar	6	(334.174)	(141.918)
Outros passivos circulantes		15.920	(25.652)
Juros sobre arrendamento	18	5.010	(1.216)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>4.740.580</u>	<u>7.230.059</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Títulos e valores mobiliários		(2.877.969)	(5.544.281)
Caixa restrito		10.000	309.942
Rendimentos de títulos e valores mobiliários		(328.247)	(90.110)
Adições ao imobilizado	5	<u>(714.311)</u>	<u>(579.759)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(3.910.527)</u>	<u>(5.904.208)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento Arrendamento Mercantil	18	<u>(21.000)</u>	<u>(20.000)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>(21.000)</u>	<u>(20.000)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>809.053</u>	<u>1.305.851</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.410.320	104.469
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	<u>2.219.373</u>	<u>1.410.320</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		<u>809.053</u>	<u>1.305.851</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Luta pela Paz (“Entidade” ou “Luta pela Paz” e anteriormente denominada “Associação Luta pela Paz”) origina-se de um projeto criado em 2000 na ONG carioca Viva Rio, pelo pesquisador inglês e ex-lutador de boxe Luke Dowdney, sendo uma instituição jurídica de direito privado sem fins lucrativos.

A Entidade é mantida através de doações espontâneas e tem como objetivo proporcionar a crianças e jovens moradores do Complexo da Maré (um complexo de 17 favelas na cidade do Rio de Janeiro) uma alternativa de vida distante da violência armada e do crime. Em assembleia geral extraordinária realizada em 21 de novembro de 2017 foi aprovada a alteração do nome da Entidade de Associação Luta pela Paz para Luta pela Paz.

A sede da Entidade, uma edificação doada pela ONG Viva Rio situada na Rua Teixeira Ribeiro, 900, Bonsucesso - Maré/Rio de Janeiro, encontra-se em processo de regularização da transferência de titularidade da sua escritura. A Administração já enviou à Prefeitura do Rio de Janeiro a documentação necessária à sua transferência para a regularização da situação legal do imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) desse imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

A Entidade com intuito de desenvolver projetos e ações em parceria com instituições e Administração Pública do Estado do Ceará, foi criada em 24/11/2021 uma filial com inscrição no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal sob o número 09.300.383/0003-50, onde serão executadas atividades de apoio administrativo e serviços de escritório.

Em 17 de dezembro de 2021, foi publicado no diário oficial de Fortaleza, o termo de colaboração nº 001/2021- SSEAS entre a Associação Luta pela Paz e a concedente Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS). O termo visa a execução do Programa de Oportunidade e Cidadania do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (POC), sendo nomeado como Projeto Novas Trilhas, tendo como objetivo a formação e desenvolvimento integral de adolescentes e jovens em pós cumprimento de medida socioeducativa com vistas a prevenção e redução dos casos de reiteração na prática de ato infracional, extensivo ao núcleo familiar e trabalhadores do sistema socioeducativo. A vigência do presente instrumento é de doze meses tendo como valor global R\$ 1.976.610,00 (um milhão e novecentos e setenta e seis mil e seiscentos e dez reais)

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 tem um total de 105 funcionários (62 em 31 de dezembro de 2020).

A metodologia da Entidade é oferecida aos jovens membros das academias no Rio de Janeiro por meio de vários serviços e através dos projetos descritos abaixo:

Lei de incentivo ao esporte - Projeto atletas da paz

O projeto Atletas da Paz integra atividades esportivas de Boxe & Artes Marciais com aulas de Desenvolvimento Pessoal, com o objetivo de promover o desenvolvimento pessoal de crianças e jovens, com faixa etária entre 7 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré. Complementando estas atividades, a Luta pela Paz também oferece o acompanhamento psicossocial dos jovens, identificando suas necessidades particulares e encaminhando-os para atendimento especializado.

Através da coleta sistemática de informações dos jovens, a equipe da Luta pela Paz consegue mapear e analisar o engajamento dos jovens nas diferentes atividades do projeto, maximizando o impacto no desenvolvimento dos mesmos. Questionários, entrevistas em profundidade e grupos focais são aplicados para investigar o alcance dos resultados a curto e longo prazo, bem como o impacto das iniciativas em dimensões relevantes para o desenvolvimento dos beneficiários.

Lei de incentivo ao esporte - Projeto Campeões comunitários

O projeto 'Campeões Comunitários', iniciado em agosto de 2016, e financiado com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte, tem como objetivo principal oferecer aulas de diferentes modalidades (Boxe, Judô, Taekwondo e Muay Thai) para crianças e jovens do Complexo da Maré beneficiários ao longo de um ano.

Através da realização destas atividades, objetiva-se:

- (i) Promover o bem-estar físico dos participantes do projeto através dos treinos esportivos.
- (ii) Promover o bem-estar emocional e autoconfiança dos participantes do projeto através das atividades esportivas e de cidadania.
- (iii) Promover o respeito às diferenças e aos semelhantes, através das atividades de cidadania.
- (iv) Garantir a satisfação dos participantes do projeto com as ações desenvolvidas.

Lei de incentivo ao esporte - Projeto Destemidas

O projeto Destemidas, iniciado em 2020 e financiado com recursos oriundos da Lei de Incentivo ao Esporte objetiva promover o potencial de meninas e jovens da Luta pela Paz utilizando o esporte de corrida como vetor de desenvolvimento pessoal e emancipação de mulheres. Dessa forma a Luta pela Paz visa: oportunizar a prática da corrida para jovens moradoras da Maré; promover a problematização de estereótipos de gênero e o combate ao assédio sexual; fomentar a ocupação de espaços públicos para atividades de esporte e lazer.

Lei do Incentivo ao esporte – Programa de Treinamento

O projeto Programa de Treinamento, iniciado em 2021 e financiado com recursos oriundos da Lei do Incentivo ao Esporte tem como objetivo dar suporte à implantação, ampliação, qualificação das sessões de esportes de luta e gestão organizacional para educadores esportivos, organizações, projetos ou coletivos de base comunitária, assim como contribuir para a sustentabilidade das iniciativas de organizações, projetos ou coletivos de base comunitária, que trabalham com esporte para o desenvolvimento e promover a disseminação e intercâmbio de conhecimentos para o desenvolvimento de organizações de base comunitária e educadores sociais esportivos.

Pronas – Projeto Abraçando as Diferenças

O Projeto Abraçando as Diferenças, iniciado em 2020 e financiado com recursos oriundos do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD (Lei 12715/2012), tem o principal objetivo voltado ao apoio à saúde de jovens com deficiência, por meio da oportunidade de equiparação de acesso, participação em atividades esportivas e de desenvolvimento pessoal oferecidas pela Luta pela Paz no Complexo da Maré.

Além destes projetos centrais, a Luta pela Paz também desenvolve outras ações pontuais, oriundas de financiadores específicos. A saber:

Projeto "Na ativa"

Iniciado em 2016, o projeto tem como objetivo engajar jovens de 16 a 29 anos de idade, moradores do Complexo da Maré e que estejam desempregados e/ou sem qualificação profissional formal para possibilitar a inserção no mercado de trabalho, através de parcerias com empresas num modelo de consultoria de recrutamento & seleção.

Neste projeto, a Luta pela Paz oferece aulas em três módulos diferentes de treinamento (básico, específico e técnico), em suas instalações, inserindo os jovens num ambiente profissional e com regras específicas de participação. Os cursos têm duração variada, de 1 mês e meio a 1 ano, e são acompanhados de atividades de orientação vocacional, para elaboração de plano de carreira. Ao término da formação, os concluintes são encaminhados para oportunidades de emprego captadas junto à rede de parceiros/empresas da Luta pela Paz, que trabalham em conjunto com a organização para levantar demandas de mão de obra profissionalizada. Uma vez inseridos, os jovens são acompanhados regularmente pela equipe da Luta pela Paz, em conjunto com os representantes das empresas contratantes, visando garantir sua retenção e crescimento no ambiente de trabalho.

Projeto “Maré unida”

Iniciado em 2018, o projeto tem o objetivo de promover o desenvolvimento do potencial de crianças, adolescentes e jovens moradores do Complexo da Maré e do Parque das Missões de forma a impactar a maneira como elas se veem, como se relacionam com os outros e como fazem suas escolhas em relação ao futuro. As atividades previstas incluem a oferta integrada de serviços de apoio e atividades nas áreas de esporte, educação complementar, qualificação profissional, suporte social e protagonismo juvenil.

Adicionalmente, com o propósito de ampliar o alcance das ações para além da Maré, será realizado o treinamento de uma organização da sociedade civil atuante no Parque das Missões na metodologia da Luta pela Paz.

Projeto “Criando Rede”

Iniciado em 2020, o projeto atende crianças, adolescentes e jovens até 24 anos com o objetivo de fortalecer a rede de proteção social e políticas públicas com foco em crianças, adolescentes e jovens vulneráveis da Maré, bem como suas famílias. Tendo o desafio de identificar e produzir novas metodologias e fluxos de atenção a crianças, adolescentes e jovens em situação de violência para reaplicação em outros territórios

Projeto “Educação que protege”

Iniciado em 2020, o presente programa tem por objetivo fortalecer a capacidade das escolas em promover uma educação que protege por meio da oferta de treinamentos da comunidade escolar e de sua rede territorial de apoio, com foco em aspectos de proteção e saúde mental.

Nacionalmente, serão ofertados cursos massivos e auto instrucionais que terão por objetivo familiarizar profissionais com as demandas e recursos relacionados à proteção na interface com a educação no contexto da pandemia. De forma focalizada, serão implementadas turmas especiais que terão por objetivo amadurecer a reflexão sobre essas demandas e aprimorar recursos com foco em contextos de maior vulnerabilidade.

Projeto “Comunidade Segura”

Iniciado em 2020, o projeto tem o objetivo de promover o fortalecimento dos diferentes atores sociais presentes nos territórios impactados por faixas de dutos da Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, ampliando seu potencial e aprimorando o relacionamento da empresa nas comunidades priorizadas. Desenvolvimento de três eixos estratégicos de atuação: engajamento e mobilização, voltado para o desenvolvimento da rede social de cada território e ocupação das faixas; formação, com foco no treinamento de organizações e multiplicadores locais; e programas de prevenção da violência, englobando diferentes dimensões da inserção das juventudes na sociedade.

Projeto “Primeiro Passo”

Iniciado em 2020, o projeto visa oferecer a crianças pré-escolares (4 e 5 anos de idade), matriculadas em unidades escolares públicas do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, atividades educacionais complementares abordando diferentes dimensões do desenvolvimento infantil (coordenação motora; habilidades de trabalho em equipe e de liderança; expressão oral e escrita; fomento ao raciocínio lógico; promoção da autoconfiança), incluindo processo de formação para os educadores das unidades escolares, com metodologia alinhada à Teoria de Inteligências múltiplas, de Howard Gardner, e em sintonia com os princípios para a educação de qualidade no século XXI, propostos pela UNESCO. A rede pública escolar local sofre com recursos insuficientes, tanto financeiros quanto em termos de equipe e estrutura. O efeito acumulado destes fatores gera fortes obstáculos ao desenvolvimento pleno na primeira infância, momento crucial de nossa formação enquanto indivíduos.

Projeto “Sankofa (Raça e Etnia)”

O Projeto Sankofa, iniciado em 2020, tem objetivo de fortalecer a área de raça e etnia da Luta pela Paz. O projeto combina 1) o desenvolvimento de uma estratégia, posicionamento e plano de incidência da Entidade sobre o tema de raça e etnia; 2) capacitação de pessoas da equipe da Entidade em temas de raça e etnia, atividades para crianças e jovens da Maré e uma campanha de comunicação sobre o tema; 3) formação de parceiros nacionais e internacionais na área de raça e etnia.

Os objetivos dessas ações são:

- Enraizar um olhar de raça e etnia em todas as ações e estratégias da Entidade
- Melhorar o atendimento de crianças e jovens negros na Maré
- Melhorar o conhecimento e conscientização sobre raça e etnia de atores comunitários no Brasil e fora.

Projeto “Nós com Elas”

Iniciado em 2020, o projeto Nós com Elas, com o objetivo de mitigar os impactos da pandemia nas meninas e jovens mulheres da Maré, aumentando a consciência de problemas que enfrentam, criando espaços seguros e atuando na emancipação de jovens mulheres como protagonistas da promoção da saúde mental. O programa envolve as seguintes atividades: formação e engajamento de jovens mobilizadoras, desenvolvimento de campanhas afirmativas de gênero, sessões de esporte e desenvolvimento pessoal, acompanhamento nutricional, suporte psicossocial e promoção de seminário de mulheres no esporte.

Projeto “Pavuna Contra fome”

Iniciado em 2021, o projeto tem recursos oriundos do termo de acordo entre a Luta pela Paz e a FIOTEC (Fundação para o desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde), tem como objetivo o apoio as ações Emergenciais de enfrentamento a COVID 19 nas favelas do Rio de Janeiro.

Isenção da contribuição previdenciária patronal (certificação CEBAS)

O Governo Federal, através do Ministério de Desenvolvimento Social, concedeu à Luta pela Paz, em 17 de julho de 2018, a certificação de entidade beneficente de assistência social (CEBAS). Por conta dessa certificação, a entidade fará jus aos benefícios da Lei 12.101 de 2009, especialmente a contribuição patronal da seguridade social, que corresponde a 20% sobre o gasto da folha de pagamento, desde que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, não percebem remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
- II. aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III. apresenta certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV. mantém escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V. não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI. conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;

- VII. cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII. apresenta as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações financeiras

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. As incertezas geradas pela disseminação do COVID 19 com suas variantes, provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais nos exercícios de 2020 e 2021, tendo os maiores impactos ocorridos no primeiro ano de pandemia.

Apesar dos efeitos da pandemia que se estenderam por todo ano de 2021, a Entidade não sofreu grande impacto, já que conseguiu captar recursos para dar continuidade as atividades operacionais em uma situação de normalidade. Suas ações permaneceram as mesmas com incremento de alguns projetos visando o enfrentamento aos novos problemas correlacionados a pandemia considerando a adaptação ao distanciamento social sem prejuízo aos resultados necessários.

A Entidade entende que os efeitos econômicos da pandemia não impactarão de forma significativa o valor recuperável de seus ativos e não comprometerão sua capacidade operacional e de continuidade do seu objeto social.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Devido ao seu alcance global e todos os reflexos que este surto vem desencadeando e influenciando em decisões relevantes em todos os setores, inclusive no terceiro setor. A administração vem gerenciando o tema da COVID-19 e estabeleceu alguns processos de monitoramento dos acontecimentos e avaliação visando mitigar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações:

- **Cuidado com os colaboradores:** A Entidade tomou todas as medidas necessárias para a volta gradual de seus colaboradores ao trabalho presencial, com exigência dos comprovantes das duas doses da vacina, com fornecimento de máscaras, álcool, esterilização, sanitização além de utilizar o rodizio de funcionários, adotando na medida do possível, o trabalho de forma híbrida. As pessoas que se encontravam nos grupos de risco mantivemos no trabalho home office no ano de 2021

- **Apoio à sociedade como atividade essencial:** Tendo em vista o aprofundamento das vulnerabilidades psicossociais, a LPP desenvolveu o Diário da Quarentena, uma nova metodologia de atendimento remoto em saúde mental para crianças, adolescentes e jovens.

Considerando os impactos positivos obtidos em 2020, estamos buscando ampliar a escala do atendimento para novas áreas periféricas, além de fomentar experiências de cuidado em saúde mental para a população infanto-juvenil de favelas que possam inspirar políticas públicas.

- **Impactos econômico-financeiros:** A pandemia do Coronavírus trouxe instabilidade e incerteza para todos os setores da economia — e, com o terceiro setor, não foi diferente. Instituições sem fins lucrativos dependem de doações de pessoas e empresas para funcionar, e, quando a economia é afetada, as organizações sociais também sentem os impactos negativos. Visando minimizar estes impactos negativos em 2021 a Entidade manteve o foco em potencializar a construção de processos e medidas captação de recursos com sucesso. Tivemos aumento substancial no número de projetos, tanto pela lei do Incentivo Federal /Estadual, projetos de Entidades Nacionais e Internacionais. Com a criação de novas frentes, os nossos patrocinadores históricos entenderam a necessidade e nos apoiaram.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, incluindo a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros., aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Assembleia dos Associados 26 de Setembro de 2022.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade são resumidas como segue:

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicáveis.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em real, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Durante o processo de aplicação das políticas contábeis adotadas pela Entidade, a Administração adota julgamentos e premissas que podem gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revisados em uma base contínua. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período no qual a estimativa é revisada.

Provisões para riscos

As provisões para ações judiciais e demais assuntos que envolvam expectativa de desembolso futuro de caixa são estimados pela Administração em conjunto com seus consultores legais externos, considerando o provável desfecho da discussão em termos de desembolso financeiro. As provisões são mensuradas com base na melhor estimativa da Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores legais externos, sobre o provável desembolso futuro que uma ação judicial pode gerar para a Entidade. A Entidade está ciente de sua exposição ao risco de ser acionada judicialmente.

Vida útil dos ativos imobilizados com vida útil definida

A depreciação é estimada a fim de depreciar o custo de ativos imobilizados, com exceção dos imobilizados em andamento, utilizando as suas vidas úteis estimadas, pelo método do cálculo linear. Vidas úteis estimadas são determinadas com base em experiência prévia e melhor gestão do conhecimento, e são revisadas anualmente.

d. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos

Incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, incluindo caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, e são avaliados com base no custo amortizado.

Ativo financeiros não derivativos

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da sua contratação sem risco de perda significativa de valor.

Títulos e valores mobiliários

São substancialmente investimentos financeiros em fundos de renda fixa, remunerados de acordo com a variação do CDI, demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não excedem o seu valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários restritos

Reserva financeira aprovada em reunião de diretoria na data de 26 de maio de 2017 vide Nota 4 alínea d

Títulos e valores mobiliários restritos – Projetos Incentivados

Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos incentivados, são apresentados nas seguintes rubricas: (i) “Títulos e valores mobiliários restritos– Projetos incentivados”, representados pelos recursos obtidos dos projetos e ainda não iniciados ou não liberados para utilização pelo Ministério do Esporte e da Saúde, e (ii) “Caixa restrito”, representado pelos recursos já liberados pelo Ministério do Esporte, mas cuja utilização deverá ocorrer após o prazo de 90 dias, conforme previsto no orçamento do projeto.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Arrendamento e outros passivos.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações de instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

e. Apuração do superávit (déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit (déficit) do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de doações são originadas de doações de pessoas físicas, jurídicas e oriundas de projetos incentivados dos Ministérios do Esporte e da Saúde.

Estas doações e contribuições são usualmente contabilizadas quando recebidas em virtude da impossibilidade de precisão dos valores e das datas de seu recebimento e são aplicadas nos projetos que a Entidade desenvolve (nota explicativa nº 1).

Doações de Projetos Incentivados

As doações recebidas vinculadas a projetos Incentivados, são reconhecidas como passivo, sendo apropriadas ao resultado quando há segurança de que as condições estabelecidas serão cumpridas pela Entidade, ou seja, há a aprovação pelos Ministérios do Esporte e da Saúde e consequentemente o recurso é liberado para sua execução (nota explicativa nº 7).

f. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de benfeitorias em propriedade de terceiros (imóvel doado em processo de regularização legal) inclui o custo de materiais, mão de obra direta e outros custos para colocar o imóvel em condição necessária para a operação da Entidade.

CPC 06 (R2) – Arrendamentos

O CPC 06 (R2) estabelece princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação para contratos de arrendamentos. A norma introduz para os arrendatários um modelo único de contabilização no balanço patrimonial, onde estes são requeridos a reconhecer um passivo de arrendamento refletindo futuros pagamentos e o direito de uso do ativo arrendado. A natureza da despesa relacionada a estes arrendamentos foi alterada, deixando de ser uma despesa linear de arrendamento operacional e passando a representar uma despesa de amortização do direito de uso e despesa de juros pela atualização do passivo de arrendamento.

(i) *Definição de arrendamento*

No início do contrato, a avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se o um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2).

(ii) *Arrendamento em que a Entidade é arrendatária*

Como arrendatária, a Entidade classificava anteriormente arrendamentos com base em sua avaliação se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

De acordo com o CPC 06 (R2), a Entidade reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para a maioria dos arrendamentos, ou seja, esses arrendamentos são registrados no balanço patrimonial.

A Entidade realizou uma trasação de arrendamento como arrendatária referente a um contrato de locação na cidade do Rio de Janeiro. A taxa incremental adotada é de 10,10% a.a.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado utilizando o método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Ativos arrendados são depreciados pelo prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Entidade obterá a propriedade do bem no fim do prazo de arrendamento.

Em 2021, a Entidade vem mantendo a estimativa de vida útil dos anos anteriores. Vidas úteis estimadas pela Administração são as seguintes:

- Móveis e utensílios - 10 anos.
- Máquinas e equipamentos - 5 anos.
- Máquinas e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de informática - 5 anos.
- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 25 anos
- Direito de uso locação de imóveis – 3 anos
- Instalações - 5 anos.
- Veículos - 5 anos.

A vida útil estimada para benfeitorias em imóveis de terceiros considera a premissa da regularização pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da doação do imóvel sede da ONG Viva Rio para a Luta pela Paz.

g. Impairment de ativos não financeiros

A Administração analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso tais evidências estejam presentes, é estimado o valor recuperável do ativo, sendo este o maior valor entre: (i) seu valor justo menos os custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor em uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo (“impairment”).

a. Provisões e passivos circulantes

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, seguindo as práticas contábeis adotadas no Brasil, utiliza o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Entidade em virtude do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas da seguinte forma: (i) para causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como provável, são constituídas provisões; (ii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas; e (iii) para as causas cujo desfecho negativo para a Entidade seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Entidade, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As receitas financeiras de recursos destinados a projetos são reconhecidas contra o passivo caso ainda não tenham sido realizadas integralmente.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, as tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

i. Normas e mudanças nas principais políticas contábeis implementadas

A Entidade não identificou impactos materiais sobre as demonstrações financeiras relacionadas as alterações ao CPC 15 sobre definição de um negócio, e alterações ao CPC 48/, CPC 38 e CPC 40 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Entidade.

j. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Entidade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da entidade.

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25);
- Imposto Diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração do CPC 32);
- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).;
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26);
- Divulgação de políticas contábeis (Alteração ao CPC 26);
- Definição de Estimativas Contábeis (Alteração ao CPC 23).

4 Caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, títulos e valores mobiliários, títulos e valores mobiliários restritos

	2021	2020
Caixa e bancos	245	340.899
Aplicações financeiras	<u>2.219.128</u>	<u>1.069.421</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.219.373	1.410.320

Os recursos existentes de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são decorrentes de doações efetuadas aos projetos sociais a serem utilizados nos gastos correntes das operações da Entidade.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com carência original de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, mantidos para utilização nos compromissos de curto prazo.

	2021	2020
Caixa restrito circulante – Projetos Incentivados (c)	-	10.000
Títulos e valores mobiliários restrito circulante (a)	2.122.383	1.400.215
Títulos e valores mobiliários circulante (b)	2.404.458	2.234.897
Títulos e valores mobiliários circulante restrito – Projetos Incentivados (c)	6.592.693	4.371.975
Títulos e valores mobiliários restritos não circulante (d)	2.414.313	2.320.543

- (a) Os recursos existentes em Títulos e Valores Mobiliários Restrito Circulante referem-se ao saldo liberado pelo Ministério do Esporte e Saúde, transferidos da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos - Projetos Incentivados, captados através da LIE e PRONAS para utilização nos projetos da Entidade (conforme nota explicativa nº 7), os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo

Setor Público FIC FI. Em 31 de dezembro 2021, a rentabilidade média desse fundo foi de 2,51% e em 2020 rentabilidade média de 1,73%.

- (b) A Entidade possui, substancialmente, investimento em fundo de investimento “Bradesco FIC FI Referencial DI Special”, remuneradas de acordo com variação do CDI (“Certificado de Depósito Interbancário”). Em 2021, o Fundo teve rentabilidade média de 103,01% do CDI e em 2020 rentabilidade média de 59,56%.
- (c) São considerados como Caixa Restrito Circulante e Títulos e Valores Mobiliários Circulante Restrito – Projetos Incentivados visto os recursos obtidos dos projetos incentivados que ainda não foram iniciados ou não estão liberados para utilização conforme nota explicativa nº 7 alínea b e c, que estão aplicados em Fundo de investimento de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo Setor Público FIC FI. Em 31 de dezembro 2021, a rentabilidade média desse fundo foi de 2,51% e em 2020 rentabilidade média de 1,73%.
- (d) Foi aprovada em reunião de diretoria na data de 26 de maio de 2017, a criação de uma reserva financeira que só poderá ser utilizada por aprovação do conselho fiscal ou da assembleia geral. A mesma poderá ser aumentada por valores que a Entidade entenda ter como sobra de disponibilidade, encontra-se aplicada em fundo de investimento “Itaú CDB DI”, remunerada de acordo com a variação do CDI (“Certificado de Depósito Interbancário”).

5 Imobilizado

	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Benfeitorias em andamento	Móveis e Utensílios	Veículos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos Informática	Instalações	Total
Custo								
Em 31 de dez de 2019	278.299	-	156.658	82.739	106.167	186.111	83.511	893.485
Adições	-	461.948	-	-	101.600	16.211	-	579.759
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dez de 2020	278.299	461.948	156.658	82.739	207.767	202.322	83.511	1.473.244
Adições	170.049	409.796	7.437	-	5.700	121.329	-	714.311
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	370.080	(370.080)	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dez de 2021	818.428	501.664	164.095	82.739	213.467	323.653	83.511	2.187.555
Depreciação								
Em 31 de dez de 2019	(101.013)	-	(90.864)	(82.739)	(101.536)	(138.445)	(50.907)	(565.504)
Adições	(11.132)	-	(15.488)	-	(9.386)	(25.552)	(13.300)	(74.858)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dez de 2020	(112.145)	-	(106.352)	(82.739)	(110.922)	(163.997)	(64.207)	(640.362)
Adições	(17.814)	-	(12.462)	-	(21.118)	(20.082)	(11.753)	(83.229)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Em 31 de dez de 2021	(129.959)	-	(118.814)	(82.739)	(132.040)	(184.079)	(75.960)	(723.591)
Líquido em 31 dez 2020	166.154	461.948	50.306	-	96.845	38.327	19.304	832.882
Líquido em 31 dez 2021	688.469	501.664	45.280	-	81.427	139.573	7.550	1.463.963

As adições efetuadas durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 consideradas relevantes referem-se a benfeitorias em andamento iniciadas no ano de 2020 e aquisições de equipamentos de informática para uso em projetos e administrativo. As adições efetuadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 referem-se a benfeitorias em andamento e aquisição de 01 elevador (máquinas e equipamentos) para adequação do imóvel a fim de promover acessibilidade ao público alvo dos projetos de inclusão da pessoa com deficiência e de equipamentos de informática para uso em projetos, em 2021 foi transferido de benfeitorias em andamento para benfeitorias em imóvel de terceiros o valor de R\$ 370.080 referente as áreas do terceiro andar e banheiros que se tornaram disponíveis para uso.

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a sede da Entidade foi doada pela ONG Viva Rio, processo este ainda sob regularização pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Não é cobrado aluguel pela ONG à Entidade. Os custos com sua manutenção e taxas são de responsabilidade da Entidade, bem como as benfeitorias efetuadas ao imóvel. A partir de 2017, a Luta pela Paz iniciou o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) do imóvel, pagando inclusive valores retroativos desde 2012.

6 Proventos e encargos sociais a pagar

	2021	2020
Ordenados e salários a pagar	267	557
Encargos previdenciários sobre serviços prestados (a)	1.542.511	1.730.134
Encargos sociais	55.829	76.857
Outros	<u>60.872</u>	<u>126.105</u>
Total de proventos e encargos sociais a pagar	<u>1.659.479</u>	<u>1.933.653</u>
Circulante	<u>116.968</u>	<u>203.519</u>
Não Circulante	<u>1.542.511</u>	<u>1.730.134</u>

- (a) A Entidade, no curso normal de suas operações, adotou até 31 de dezembro de 2021, práticas que ensejavam risco de penalização pecuniária, decorrentes de assuntos ainda não pacificados na jurisprudência, cuja estimativa encontra-se provisionada.

7 Projetos incentivados

LIE - Lei de incentivo ao esporte

Corresponde aos recursos captados pela Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação, a liberação dos valores ocorre apenas mediante aprovação do Ministério do Esporte sobre o cronograma e a divulgação das atividades.

PRONAS - Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência

Corresponde aos recursos captados pelo Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência – PRONAS/PCD (Lei 12715/2012), a serem aplicados em uma conta específica no Banco do Brasil e mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação, a liberação dos valores ocorre apenas mediante aprovação do Ministério da Saúde sobre o cronograma e a divulgação das atividades.

Segue abaixo a demonstração da movimentação do passivo:

Projetos incentivados		2020	Doações	Devoluções	Atualiz.Mon.	Liberações	2021
LIE	Campeões Comunitários I	4.190	-	-	89	-	4.279
LIE	Campeões Comunitários II	505	-	(505)	-	-	-
LIE	Campeões Comunitários III	29.354	58.135	(14.200)	498	-	73.787
LIE	Destemidas	210.790	-	-	763	(185.309)	26.244
PRONAS	Luta pela Inclusão no Trabalho	693.466	-	-	258	(693.625)	99
LIE	Programa de Treinamento I	559.217	14.200	-	15.729	-	589.146
LIE	Atletas da Paz III	1.000.312	-	-	1.568	(1.000.000)	1.880
LIE	Destemidas II	837.261	-	-	16.337	(481.386)	372.212
LIE	Programa de Treinamento II	1.046.880	-	-	12.933	(617.879)	441.934
LIE	Nós com Elas	-	1.319.000	-	3.878	-	1.322.878
LIE	Inspirando Campeões	-	1.700.000	-	4.998	-	1.704.998
LIE	Campeões Comunitários IV	-	1.102.800	-	3.238	-	1.106.038
LIE	Destemidas III	-	948.000	-	1.198	-	949.198
Total		4.381.975	5.142.135	(14.705)	61.487	(2.978.199)	6.592.693

Projetos incentivados		2019	Doações	Atualiz.Mon.	Liberações	2020
LIE	Campeões Comunitários I	4.175	-	15	-	4.190
LIE	Campeões Comunitários II	504	-	1	-	505
LIE	Campeões Comunitários III	413.814	314.750	1.608	(700.818)	29.354
LIE	Destemidas	460.834	-	1.550	(251.594)	210.790
PRONAS	Abraçando as Diferenças Luta pela Inclusão no	860.247	-	2.798	(863.045)	-
PRONAS	Trabalho	690.740	-	2.726	-	693.466
LIE	Programa de Treinamento	-	559.100	117	-	559.217
LIE	Atletas da Paz III	-	1.000.000	312	-	1.000.312
LIE	Destemidas II	-	837.000	261	-	837.261
LIE	Programa de Treinamento II	-	1.046.635	245	-	1.046.880
Total		2.430.314	3.757.485	9.633	(1.815.457)	4.381.975
Saldo passivo total em 31 de dezembro de 2020:						4.381.975
Saldo passivo total em 31 de dezembro de 2021:						6.592.693

a. Captação

Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte e do PRONAS, são automaticamente aplicados em fundo de investimento de renda fixa DI até a sua liberação, mediante aprovação dos Ministérios.

- **LIE – Nós com Elas** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.319.128, o valor total captado foi de R\$ 1.319.000 até 31 de dezembro de 2021.
- **LIE – Inspirando Campeões** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.703.029, o valor total captado foi de R\$ 1.700.000 até 31 de dezembro de 2021.
- **LIE – Campeões Comunitários IV** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.195.448, o valor total captado foi de R\$ 1.102.800 até 31 de dezembro de 2021.
- **LIE – Destemidas III** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.072.123, o valor total captado foi de R\$ 948.000 até 31 de dezembro de 2021.
- **LIE - Campeões Comunitários II** – durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério do Esporte resgatou saldo remanescente em conta do projeto encerrado no valor de R\$ 505.
- **LIE – Campeões Comunitário III** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.142.260, em 2021 realizou a devolução do saldo de recursos totalizando o valor de R\$ 58.135, no ano de 2020 o valor captado totalizou R\$ 314.750, sendo captação no valor de R\$ 27.670 e os repasses dos projetos Atletas da Paz II no valor de R\$ 233.591 e Campeões Comunitários II no valor de R\$ 53.489.

- **LIE – Programa de Treinamento I** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.016.681, em 2021 recebeu captação no valor de R\$ 14.200, o valor total captado no ano de 2020 foi de R\$ 559.100.
- **LIE – Atletas da Paz III** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.001.448, o valor total captado foi de R\$ 1.000.000 até 31 de dezembro de 2020.
- **LIE – Destemidas II** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 837.501, o valor total captado foi de R\$ 837.000 até 31 de dezembro de 2020.
- **LIE – Programa de Treinamento II** - o valor total orçado para o projeto e aprovado para captação pelo Ministério do Esporte foi de R\$ 1.046.635, o valor total captado foi de R\$ 1.046.635 até 31 de dezembro de 2020.

b. Aplicação – Atualização monetária

Os recursos captados através da Lei de Incentivo ao Esporte e do PRONAS, são mantidos como Títulos e Valores Mobiliários Restritos até o encerramento do período de captação e automaticamente aplicados em Fundo de investimento de curto prazo ou em operação de mercado aberto, lastreada em título da dívida pública federal. Os recursos estão aplicados no Banco do Brasil, no fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Supremo Setor Público FIC FI. Em 31 de dezembro 2021 a rentabilidade média desse fundo foi de 2,51% e em 2020 rentabilidade média de 1,73%.

c. Liberações

A liberação dos recursos depende do sucesso do processo de captação de cada projeto, permitindo a condução do mesmo em linha com o orçamento apresentado e transferindo os valores da Conta de Títulos e Valores Mobiliários Restritos para uma Conta de Caixa Restrito.

- **LIE - Destemidas** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$ 185.309 referente a parcela final do projeto para sua utilização, no ano de 2020 este valor foi de R\$ 251.594 referente parcela parcial.
- **PRONAS – Luta pela Inclusão no Trabalho** – durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério da Saúde autorizou a liberação de R\$ 693.625 para utilização no Projeto.
- **LIE – Atletas da Paz III** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$ 1.000.000 para utilização no Projeto.
- **LIE – Destemidas II** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério do Esporte autorizou do valor captado a liberação parcial no valor de R\$ 481.386 para utilização no Projeto.
- **LIE – Programa de Treinamento II** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério do Esporte autorizou do valor captado a liberação parcial no valor de R\$ 617.879 para utilização no Projeto.
- **LIE - Campeões Comunitários III** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Ministério do Esporte autorizou a liberação de R\$ 700.818 para utilização no Projeto.

- **PRONAS – Abraçando as Diferenças** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Ministério da Saúde autorizou a liberação de R\$ 863.045 para utilização no Projeto.

d. Devoluções

Trata-se de recursos que são devolvidos na finalização de um projeto e/ ou repasses entre projetos que estão em captação.

- **LIE – Campeões Comunitários I** - durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o Ministério do Esporte retornou ao tesouro o valor de R\$ 505 referente a finalização do projeto.
- **LIE – Campeões Comunitários III** – durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2021 foi autorizado pelo Ministério do Esporte o repasse de recurso no valor de R\$ 14.200 para o Projeto Programa de Treinamento II.

8 Provisão de contingências

	Saldo em 31/12/2020	Constituições	Liquidação	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	60.000	-	(60.000)	-

Em 17 de maio de 2021, foi realizada audiência de conciliação, relacionado ao processo trabalhista nº 0100114-42.2020.5.01.0082 constituído em 2020, no valor de R\$ 60.000 foi acordada o pagamento da causa em 6 parcelas liquidadas em sua totalidade em outubro de 2021,

não existem processos legais cuja probabilidade de perda da Entidade seja classificada como provável ou possível, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída ou divulgada no exercício de 2021.

9 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2021 é composto pelo montante de R\$ 9.028.605 (R\$ 6.218.715 em 31 de dezembro de 2020), e é formado pelo superávit (déficit) acumulado dos exercícios. A destinação do superávit acumulado é aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada anualmente. O superávit do exercício de 2021, no montante de R\$ 2.809.890, ocorreu principalmente em função das execuções dos projetos durante o exercício de 2021 que estavam previstos para execução referente as doações recebidas em 2020 e das doações recebidas antecipadamente durante o exercício de 2021 que totalizam o montante de R\$ 6.822.737 e terão suas execuções de atividades a partir do ano de 2022.

Total das doações com execução a partir do ano de 2022	7.299.387	
Doações recebidas em 2021	6.822.737	
Petrobras - Maré Unida	1.534.003	Nota 11-d
Fight For Peace Internacional	1.488.710	Nota 11-a
Projetos Incentivados – LIE Destemidas II	677.533	Nota 11-b e Nota 7
Petrobras - Projeto Comunidade Segura	669.348	Nota 11-d
Projetos Incentivados – PRONAS Luta pela Inclusão	565.172	Nota 11-b e Nota 7
Projetos Incentivados – LIE Atletas da Paz III	526.947	Nota 11-b e Nota 7
Projetos Incentivados – LIE Treinamento II	441.934	Nota 11-b e Nota 7
Comic Relief	415.380	Nota 11-c
Julius Baer	348.507	Nota 11-g
Unicef	66.605	Nota 11-f
Unesco (Criança Esperança)	63.598	Nota 11
Fiocruz - Pavuna Sem Fome	25.000	Nota 11
Doações recebidas em 2020	476.650	
Projetos Incentivados – PRONAS Abraçando as Diferenças	378.390	Nota 11-d
Projetos Incentivados – LIE Destemidas	98.260	Nota 11-d

Doações em 2020 com previsão de execução a partir do ano de 2021	4.890.360
Petrobras - Projeto Comunidade Segura (d)	1.079.547 Nota 11
Fight For Peace Internacional	1.496.331 Nota 11-a
Projetos Incentivados – PRONAS Abraçando as Diferenças	726.620 Nota 11-b e Nota 7
Projetos Incentivados – LIE Campeões Comunitários III	545.399 Nota 11-b e Nota 7
Stiftung Auxilium	414.817 Nota 11-h
Unicef - Educação que protege	253.680 Nota 11-f
Swiss Philanthropy Foundation	191.866 Nota 11
Projetos Incentivados – LIE Destemidas	128.194 Nota 11-b e Nota 7
Unesco (Criança Esperança)	53.905 Nota 11

10 Transações com partes relacionadas

Fight for peace internacional

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi recebida pela Entidade doação da Fight For Peace Internacional, no montante de R\$ 1.138.173 (R\$ 2.321.545 em 31 de dezembro de 2020), sem vínculo a projeto específico. A Fight For Peace Internacional é uma instituição fundada por Luke Dowdney, associado fundador da Entidade, A Fight For Peace Internacional e a Luta pela Paz integram um conjunto internacional de organizações similares e com objetivos igualmente voltados para a assistência social da Federação.

JL Oficina de Ideias e Organização de Eventos Ltda

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram pagos honorários no montante de R\$16.725, relativos à prestação de serviços administrativos. A JL tem como acionista dois dos diretores da Entidade que receberam por parte da JL durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 honorários no montante de R\$16.725, não havendo para o exercício findo de 2020 pagamento de honorários.

Remuneração do pessoal-chave

A Entidade considera como pessoas chave da Administração seus diretores, sendo que apenas três deles são remunerados por dedicarem-se em tempo integral a Entidade. A remuneração da diretoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 733.872 (R\$706.235 em 31 de dezembro de 2020).

11 Receitas com doações

	31/12/2021	31/12/2020
Com restrição		
Projetos Incentivados – LIE e PRONAS (b)	2.978.200	1.815.458
Petrobras (d)	2.952.080	1.460.093
Unicef (f)	708.555	1.018.300
Unesco (Criança Esperança)	215.621	67.316
Rexona Beyond Sport	42.018	-
Credit Suisse	240.000	-
Philanthropy Ventures	-	136.250
Empower	-	16.800
Swiss Philanthropy Foundation	-	191.866
Laureus Sport for Good Foundation	114.434	205.139
Transforming Lives Awards	-	249.871
Julius Baer (g)	836.358	953.700
Jacobs Foundation	-	268.966
Comic Relief (c)	978.871	785.244

Luta Pela Paz
Demonstrações financeiras referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	31/12/2021	31/12/2020
Stiftung Auxilium (h)	-	414.817
Trafigura	104.840	-
Lives Awards	53.786	-
Ventures	52.341	-
Fiocruz - Pavuna Sem Fome	25.000	-
(-) Devolução de recursos	<u>(58.135)</u>	<u>(321.670)</u>
Subtotal	<u>9.243.969</u>	<u>7.262.150</u>
Sem restrição		
Fight For Peace Internacional (a)	1.138.173	2.321.545
Sympla Internet Soluções	-	6.923
UK Online Giving Foudantion	-	4.339
ACG Participações Ltda	-	200.000
Doações de pessoas físicas	-	131.390
Holman Fenwick Willan – HFW	-	85.440
Associação Procuradores do N E do RJ	-	8.000
Instituto Credit Suisse	-	94.234
Instituto Phi	-	60.000
Sony Music Enter. BR	-	115.417
Julius Baer Family Office Brasil	-	40.000
Pagar Me	91.413	67.727
Wirecard Brasil	-	6.329
Stripe Brasil	-	1.146
Reebok (e)	757.400	940.931
SRM Consultoria	-	13.000
Hall of Fame Management Inc	-	66.105
BP Energy do Brasil	-	20.000
Pessoa Jurídica	45.363	-
Pessoa Física	42.365	-
Subtotal	<u>2.074.714</u>	<u>4.182.526</u>
Total de doações	<u>11.318.683</u>	<u>11.444.676</u>

- (a) A Fight For Peace Internacional é uma organização sem fins lucrativos (“charity”), cujo fundador, Luke Dowdney, também é fundador da Luta pela Paz. A Fight For Peace Internacional e a Luta pela Paz integram um conjunto internacional de organizações similares e com objetivos igualmente voltados para a assistência social da Federação.
- (b) Doação referente a Projetos Incentivados pela LIE e PRONAS recursos liberados (vide nota explicativa nº 7).
- (c) Comic Relief apoia o projeto “Embrace”. Tendo recebido para execução das suas atividades os valores de GBP e 133.873 (R\$ 978.871) em 2021 e em 2020 os valores de GBP 130.874 (R\$ 785.244).
- (b) Patrocínio da Petróleo Brasileiro SA - Petrobras a dois projetos: Projeto Maré Unida a ser executado em 24 meses com início em 2021 a 2023 no valor de R\$ 3.375.866 desembolsado em 2021 o valor de R\$ 2.209.906 e Projeto Comunidade Segura a ser executado em 24 meses com início em 2021 a 2023 no valor de R\$ 4.896.466, desembolsado em 2021 o valor de R\$ 742.174 e em 2020 o valor de R\$ 1.079.547
- (d) Contrato da Reebok International Limited no valor de GBP 105.249 (R\$ 757.400) em 2021 e em 2020 GBP 146.031 (R\$ 940.931), o recurso é utilizado no suporte das despesas operacionais da Entidade.
- (e) Patrocínio da Fundo das Nações Unidas para a infância “Unicef” a dois projetos: Projeto Criando Rede Protegendo crianças, adolescentes e jovens, recebido em 2021 para execução das suas atividades o valor de R\$ 708.555 e no ano de 2020 o valor de R\$ 764.620, o Projeto Educação que protege em crises e emergências, recebeu em 2020 para execução das suas atividades o valor de R\$ 253.680.

- (f) Julius Baer Foundation apoia dois projetos o “Hub Digital” tendo recebido em 2021, ano do seu início de execução, os valores em CHF 100.000 (R\$ 551.500) e o projeto “Na Ativa” tendo recebido em 2021 para execução das suas atividades os valores de CHF 49.975 (R\$ 284.857) e em 2020 os valores de CHF 120.000 (R\$ 668.700) e o valor de CHF 50.000 (R\$ 285.000) para suporte nas despesas ao atendimento emergencial a COVID19.
- (g) Stiftung Auxilium (Porticus, on behalf of the Foundation) apoia o projeto “Sankofa”, tendo recebido em 2020 para execução das suas atividades os valores de EUR 64.015 (R\$ 414.817).

12 Administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Salários	(3.961.864)	(2.640.763)
Férias	(305.507)	(188.968)
13º salário	(344.725)	(226.654)
Encargos sociais	(249.058)	(194.824)
Despesas médicas	(235.251)	(214.169)
Depreciação	(101.398)	(93.062)
Outros	(219.790)	(142.561)
	<u>(5.417.593)</u>	<u>(3.701.001)</u>

13 Projetos

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços de terceiros e encargos previdenciários	(1.398.865)	(1.059.006)
Ajuda de custo (alimentação e transportes - jovens)	(21.158)	(4.834)
Auxílio alimentação (a)	(175.466)	(436.808)
Transporte (b)	(92.711)	(36.099)
Lanches e refeições (d)	(73.742)	(7.402)
Despesas com viagens (e)	(113.072)	(13.883)
Telefone	(34.297)	(22.728)
Bolsas de estudo (b)	(120.605)	(214.547)
Uniformes (d)	(212.413)	(3.988)
Aluguel	(36.296)	(50.333)
Energia elétrica	(41.457)	(47.927)
Material de expediente (d)	(124.062)	(53.355)
Despesas tributárias	(16.068)	(43.093)
Manutenção e conservação (d)	(147.106)	(63.342)
Material de consumo	(9.477)	(7.730)
Cursos e treinamentos	(63.824)	(156.547)
Material esportivo (d)	(339.876)	-
Outras despesas (c)	(309.822)	(212.559)
	<u>(3.330.317)</u>	<u>(2.434.181)</u>
Total despesas	<u>(3.330.317)</u>	<u>(2.434.181)</u>

- (a) Refere-se a gastos com cestas básicas e auxílio alimentação fornecidos por projetos realizados no atendimento emergencial a Covid19 como o projeto Coragem Solidária e outros.
- (b) Refere-se basicamente a gastos com transporte e bolsas de estudo dos alunos de cursos técnicos que atendem ao projeto “Na Ativa”.
- (c) Refere-se basicamente a seguros contratados, registro de atletas, despesas diversas de projetos e internet.
- (d) Em 2021, as despesas de projeto tiveram um aumento significativo decorrente do retorno das atividades presenciais, bem como o aumento de projetos em execução da LIE e de outros financiadores com destaque de relevância os projetos financiados pela Petrobras “Maré Unida e Comunidade Segura”

- (e) Refere-se basicamente a gastos de viagens relacionadas ao suporte da execução do projeto Petrobras Comunidade Segura realizado no Estado de São Paulo

14 Resultado financeiro líquido

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	328.248	90.110
Outras Receitas financeiras	12.600	9.956
Total de receitas financeiras	340.848	100.066
Despesas financeiras Despesas bancárias	(47.554)	(53.255)
Multas e juros	(9.963)	(15.622)
IRRF	(43.918)	(4.685)
IOF	(296)	(1.599)
Total de despesas financeiras	(101.731)	(75.161)
Total do resultado financeiro	<u>239.117</u>	<u>24.905</u>

15 Impostos – IRPJ e CSLL

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, a Entidade goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

16 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento de riscos

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos, que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como outros passivos circulantes.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores justos que poderiam ser obtidos em sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros de mercado, aproximam-se, substancialmente, de seus correspondentes valores justos.

Devido às características e à forma de suas operações, e considerando sua posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2021, a Entidade está sujeita aos seguintes principais fatores de risco:

Risco de crédito

Com relação aos saldos de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 2.219.378 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.410.320 em 31 de dezembro de 2020), e caixa restrito, títulos e valores mobiliários restritos e não restritos R\$ 13.533.842 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 10.337.630 em 31 de dezembro de 2020), a Entidade opera com instituições financeiras de “primeira linha”.

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalente de caixa	4	2.219.373	1.410.320
Títulos e valores mobiliários	4	2.404.458	2.234.897
Títulos e valores mobiliários restritos circulante	4	2.122.383	1.400.215
Caixa restrito – Projetos Incentivados	4	-	10.000
Títulos e valores mobiliários restrito – Projetos Incentivados	4	6.592.693	4.371.975
Títulos e valores mobiliários restrito não circulante	4	<u>2.414.313</u>	<u>2.320.543</u>
Total		<u>15.753.220</u>	<u>11.747.950</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com suas obrigações. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações a vencer, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Em 31 de dezembro de 2021, a Entidade apresenta capital circulante positivo de R\$ 6.635.597 e capital circulante positivo de R\$ 4.725.424 em 31 de dezembro de 2020. Deve ser ressaltado também que, em caso de necessidades financeiras, e desde que aprovado através de assembleia geral, poderá ser usada, parcial ou totalmente, a reserva financeira criada em 2017 (títulos e valores mobiliários restritos), classificada no ativo não circulante, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 2.414.313 (R\$ 2.320.543 em 31 de dezembro de 2020).

Risco de mercado

Risco de mercado significa que alterações nas taxas de juros podem provocar alterações nas receitas e despesas da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar o risco de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro para a Entidade.

Os principais ativos da Entidade tratam-se de títulos de valores mobiliários e aplicações financeiras, restritos e não restritos, em CDI, no montante de R\$ 15.792.975 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 11.397.052 em 31 de dezembro de 2020).

b. Análise de sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Entidade realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros estão expostos, como segue:

	Exposição 2020	Risco	Impacto	Cenário I Provável (**)	Cenário II Possível (+25%)	Cenário III Remoto (-25%)
Aplicações Financeiras	11.397.052	Baixa do CDI (*)	Resultado	11.645.508	14.556.885	8.734.131

Descrição	Exposição 2021	Risco	Impacto	Cenário I Provável (**)	Cenário II Possível (+25%)	Cenário III Remoto (-25%)
Aplicações Financeiras	15.792.975	Baixa do CDI(*)	Resultado	16.953.352	19.991.313	12.715.014

(*) As aplicações financeiras estão concentradas em fundos de investimento e CDB's, os fundos são classificados como renda fixa e referenciados DI, os quais investem preponderantemente em ativos pós-fixados ao CDI e apresentam liquidez diária para resgate.

Outra pequena parcela corresponde a CDB's com liquidez diária, que também são indexados são indexados à taxa CDI.

(**) Considera o CDI de 31/05/2022 de 7,62% ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente pesquisa do Bacen.

17 Arrendamento mercantil

Em 23 de julho de 2021 a entidade firmou contrato do objeto de locação não residencial locação da unidade imobiliária, com vigência de 36 meses, a começar em 1º de agosto de 2021 e a findar em 31 de julho de 2024.

	Saldo final 31/12/2020	Adoção CPC 06(R2)	Encargos a apropriar	Pagamentos Principal	Depreciação	Encargos incorridos	Saldo final 31/12/2021
Passivo de arrendamento	-	130.808	20.392	(21.000)	-	(15.382)	114.818
Direito de uso	-	130.808	-	-	(18.168)	-	112.640
Compromissos Estimados (a pagar)				Valor Futuro	Juros Anuais		Valor Presente
Circulante				71.400	(11.979)		59.421
Não circulante				<u>58.800</u>	<u>(3.403)</u>		<u>55.397</u>
Em 31/12/2021				<u>130.200</u>	<u>(15.382)</u>		<u>114.818</u>

18 Cobertura de seguros

A Entidade possui seguros contratados para seu imóvel de sede, Seguro Fiança Locatícia e Seguro Responsabilidade Civil, totalizando R\$ 4.960.000 de importância segurada. A seguir, as coberturas de seguro em 31 de dezembro de 2021:

Objetos de seguro	Cobertura	Valor segurado	Seguradora	Data de fim de vigência
1 - Imóveis	Incêndio/raio/explosão	1.000.000		
	Queda de raio - Estabelecimento de ensino	500.000	Bradesco	30/03/2022
	Danos elétricos	100.000	Bradesco	30/03/2022
	Perda ou Pagamentos do Aluguel	100.000	Bradesco	30/03/2022
	Vendaval/Granizo			30/03/2022
	Despesas Recomposição	100.000	Bradesco	
	Documentos	20.000	Bradesco	30/03/2022
	Ruptura de Tubulações	20.000	Bradesco	30/03/2022
	Roubo	20.000	Bradesco	30/03/2022
	Quebra de Vidros	20.000	Bradesco	30/03/2022
	Equipamentos	20.000	Bradesco	30/03/2022
	RC - Empregador	20.000	Bradesco	30/03/2022
	Despesas Extraordinárias	20.000	Bradesco	30/03/2022
	Painéis, Anúncios e Letreiros	10.000	Bradesco	30/03/2022
	Jardins	10.000	Bradesco	30/03/2022
Total		<u>1.960.000</u>		
2 - Responsabilidade Civil	Directors & Officers	3.000.000	Austral Seguradora S.A	12/11/2022
	Total	<u>3.000.000</u>		
Total Geral		<u>4.960.000</u>		

19 Eventos subsequentes

19.1 Principais doações recebidas

Abaixo listamos as principais doações recebidas pela Entidade em 2022, até a presente data:

Doador	Valor	Projeto
Petrobras	1.253.146	Diversos
LIE – Campeões Comunitários IV	720.728	Campeões Comunitários IV
LIE – Nós com Elas	686.382	Nós Com Elas
Comic Relief	335.061	Diversos
CE – Novas Trilhas	794.274	Projeto Novas Trilhas
Unicef	150.276	Zona Nossa II
LIE – Inspirando Campeões	995.428	Inspirando Campeões
		Reforço Escolar –
UNESCO	157.861	Criança Esperança
LIE - Destemidas II	355.614	Destemidas II
LIE – Treinamento II	428.756	Programa de Treinamento II
Instituto Credit Suisse	<u>192.000</u>	Reforço Escolar – Credit Suisse
Total	<u>6.069.526</u>	

19.2 Criação de filial em São Paulo

A Entidade com intuito de desenvolver projetos e ações em parceria com instituições e Administração Pública do Estado de SP, foi aprovado em Assembleia geral extraordinária, em 01/02/2022 a criação de uma filial em São Paulo, onde serão executadas atividades de apoio administrativo e serviços de escritório.